

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

NOVA TERRITORIALIDADE: O CASO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Ana Laura Vianna Villela (UNOCHAPECÓ)

Nivaldir Ferreira Lima Júnior (UNOCHAPECÓ)

Nova Territorialidade: o caso da tríplice fronteira

Resumo

O processo de globalização ao mesmo tempo em que possibilita o crescimento e desenvolvimento das comunidades por meio das integrações e trocas, alerta para a necessária vigilância sobre os produtos urbanos, principalmente os de ordem imaterial, tanto por sua fragilidade em termos de salvaguarda quanto por seu importante potencial para auxiliar as ações de planejamento urbano. Complementarmente entende-se que o território deixou de ser uma consequência político-administrativa e passou a ser o campo de expressão e representação das relações sócio-econômicas, políticas e culturais (entendendo esta enquanto produção cotidiana que possibilita a vida em sociedade). Portanto, este trabalho analisa e compreende as representações e expressões culturais, principalmente por meio da produção imaterial de ocupação do território fronteiriço da tríplice fronteira seca (fato único na América Latina) composta pelas cidades gêmeas brasileiras, Barracão/PR e Dionísio Cerqueira/SC e a cidade Argentina de Bernardo de Irigoyen/Misiones, enquanto importante processo de estruturação do espaço urbano e relevância em termos de novas perspectivas para o planejamento urbano.

1. Introdução

A complexidade que compõem a sociedade contemporânea muitas vezes aparece minimizada, ou pouco compreendida, pelo processo considerado mais amplo: o da globalização. Reforça-se o importante papel da década de 90 enquanto profícuo campo para os fenômenos de dimensão global, em grande parte viabilizada pela associação da tecnologia da informática à de telecomunicações. Em termos de planejamento urbano e regional tem-se a necessidade de uma nova postura de compreensão das dinâmicas econômicas, sociais... , bem como o enfrentamento de suas inter-relações e dependências, principalmente as de caráter cultural, mais especificamente as de ordem imaterial.

Neste sentido têm-se as reflexões de Villaça no livro “Regiões e cidades, cidades nas regiões”, onde comenta sobre os trabalhos compilados a luz dos processos históricos que precederam as referidas reflexões e que auxiliam a entender a complexidade do campo em discussão: o espaço urbano enquanto esfera carregada de disputas.

Dentre muitos pontos importantes tem-se a compreensão da ênfase ao fator econômico enquanto fator estruturador do espaço, pois envolve o consumo, a circulação e a distribuição, que muitas vezes transcende as divisões territoriais existentes. Assim reforça a questão que o “município não é mais a unidade territorial adequada para enquadrar o fenômeno urbano. Somos, assim, obrigados a recorrer a outras formas de territorialização” (VILLAÇA In GONÇALVEZ, 2003, p. 713). Este trabalho acrescenta a importância da reflexão sobre os processos culturais que também acabam por transpor as dimensões físicas, político-administrativas, entre outros, impostas ao território e conseqüentemente à sociedade envolvida.

Villaça ressalta o problema de criar, através de lei, processos socioeconômicos, tal como as regiões metropolitanas, onde sua delimitação físico-territorial não é reavaliada a partir das novas relações que se estabelecem ao longo do tempo, bem como a dificuldade de realizar análises comparativas, já que cada estado define a sua área a partir de critérios próprios. Mostra a necessidade de se pensar esta questão quando expõe sobre o sistema utilizado nos Estados Unidos pelo “Bureau of the Sciences”, que trabalha os limites das áreas metropolitanas a partir de um conjunto de critérios que possibilitam que esta seja alterada ao longo do tempo.

“Finalmente, para concluir, o que me chamou a atenção foi uma espécie de história do mapeamento, a qual de repente me levou a pensar numa história dos mapeamentos. No início do século XX, na esfera regional, mapeavam-se os acidentes geográficos, a demografia e os sistemas de transporte; depois começou-se a mapear a

agricultura, as indústrias e os empregos; a seguir, o terciário; hoje estamos mapeando o poder econômico, a produção do conhecimento... e coisas cada vez mais imateriais. Essas modalidades de mapeamento me chamaram a atenção para o fato de que seria possível ter aí um material interessante para investigação” (VILLAÇA In GONÇALVEZ, 2003, p. 715).

Esta preocupação também aparece em Lima:

“Registra-se um deslocamento do foco das intervenções urbanas, tradicionalmente estruturado no enquadramento técnico-instrumental rigoroso, distanciado das formas de apropriação e uso do espaço pela sociedade em geral. Significa dizer que passa a ser aceita a flexibilização das restrições de ocupação em face à um debate sobre o direito dos cidadãos; as questões de representatividade dos grupos sociais passam a ser mais importantes para a qualidade urbana do que a rigidez do desenho viário ou a padronização da morfologia de ocupação ou uso” (LIMA, 2004, p. 03).

Portanto este trabalho visa destacar a análise e compreensão do processo cultural, principalmente de ordem imaterial, de ocupação do território fronteiriço da tríplice fronteira seca (fato único na América Latina) composta pelas cidades gêmeas brasileiras, Barracão/PR e Dionísio Cerqueira/SC e a cidade Argentina de Bernardo de Irigoyen/Misiones (Imagem 01). As análises das representações da produção cultural sobre o território, tornam-se importantes enquanto processo impactante na estruturação do espaço urbano e sua relevância em termos de novas perspectivas para o planejamento urbano de cada município e da região enquanto território uno.



Imagem 01: vista aérea das cidades.
Fonte: Prefeitura Municipal de
Dionísio Cerqueira.
Ano: 2006

2. Pontuando a discussão

Neste momento, propõe-se explorar minimamente os pontos considerados cruciais para a discussão proposta. A primeira é o contexto da globalização, onde se tem nas considerações de Silveira uma ampla visão deste processo de vinculação na economia.

“Essa nova etapa da economia mundial pode ser tradicionalmente caracterizada, de acordo com BENKO (1994) por três elementos que lhe são essenciais: a existência de um mercado unificado; empresas mundializadas atuando na concepção, produção e distribuição de produtos e serviços; e um quadro regulamentar e institucional insuficiente, dada a escala global de interdependência econômica e política” (SILVEIRA, 2004, p. 01).

Paralelamente tem-se no contexto social o reconhecimento de que

“os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda [...] Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003, p. 03-04).

A globalização, assim, aparece com pelo menos dois pontos importantes para este trabalho. O primeiro vinculado ao processo econômico, que se reflete na tendência de homogeneização deste setor, procurando unificar o mercado e com isso aumentar a penetração dos produtos enquanto demandas mundiais, o que poderia ser interpretado como uma volta ao já criticado pensamento moderno do “homem padrão”. O segundo mesmo reconhecendo o valor da troca cultural na diversidade, destaca que a longo prazo o perigo é de se perder essas individualidades, o que reforça o exposto anteriormente. Tem-se, então, o processo cultural de ocupação do território enquanto parte da produção imaterial que deve ser analisada e considerada enquanto elemento de planejamento e estruturação do espaço.

A mudança conceitual em relação aos termos território e região estão muito bem definidos e desenvolvidos por Carvalho, onde destaca que ao longo do tempo o território deixou de ser uma consequência político-administrativa e passou a ser o campo de expressão e representação das relações sócio-econômicas, culturais e políticas. E a região passou de

expressão da territorialidade para a expressão das diversas formas materiais e sociais criadas e recriadas ao longo do tempo. Com isso os limites podem ser variáveis de acordo com o ponto de vista adotado, dificultando enormemente o seu registro cartográfico (CARVALHO In Anais XI ENA, 2005), o que se entende como consequência natural de um processo que se coloque aberto às possibilidades e complexidades dos fenômenos urbanos.

Em Monte-Mor tem-se o conceito contemporâneo de fronteira enquanto sentido implícito de limite, mas principalmente enquanto espaço de tensão e transformação (ou de nova formação), bem como a partir da “possibilidade da reinvenção do diferente, da relação com o outro, da ambigüidade necessária à complexidade contemporânea e das opções diversas que se anunciam como virtualidades a partir do confronto implícito nas velhas dualidades dicotômicas” (MONTE-MOR In CASTRIOTA, 2003, p. 265), passando a ser definidas por fatores bem mais complexos que localização ou concentração de atividades.

“Como resultado dessas novas formas urbanas, uma multiplicidade de fronteiras se desenvolve no seu interior e entre os muitos centros e periferias. As heterotopias se justapõem e se redefinem continuamente nas suas relações internas e com os espaços circundantes onde circulam, de modo mais ou menos intenso e integrado às populações, mercadorias e capitais, criando novas possibilidades de cooperação, como também de conflitos. Cabe ao planejamento urbano melhor compreender essas formas contemporâneas de organização sócio-espacial do espaço urbano estendido que exigem ações e gestão compatíveis com a complexidade que a diferença e a nova ambigüidade trazem para uma vida social urbana assim generalizada” (MONTE-MOR In CASTRIOTA, 2003, p. 267).

Assim tem-se a cidade como o território que abarca o produto das sociedades que as constituem, sendo o resultado das forças sociais, culturais, econômicas, políticas,... que contribuem e produzem configurações sócio-espaciais diferenciadas. Para CARLOS (1994), a constituição da mundialidade com seus novos padrões culturais, invade a vida cotidiana recriando constantemente novos: valores, signos, comportamentos; enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudando as relações entre os cidadãos e, destes com o espaço. Por outro lado, o processo de reprodução do espaço urbano produz, além da transformação espacial, uma transformação no uso, na forma de apropriação do espaço, e com isso, a transformação no modo de vida. CARLOS (1994) afirma que a modificação de vizinhanças e da vida dos habitantes, bem como sua condição diante do lugar diz respeito a sua vida e ao meio ao qual se identifica.

Esse é o ponto de partida para assumir o conceito de cultura defendido por Durham, que refuta a postura elitista do senso comum, enquanto “conjunto de conhecimentos ou informações que não são utilizados no dia-a-dia das pessoas comuns e, ao mesmo tempo, ser dotado de uma capacidade especial para apreciar e usar este patrimônio” (DURHAM In: ARANTES, 1984, p. 24).

Resgata a contribuição da antropologia que coloca todo o comportamento humano como “artificial” e não “natural”, pois se constrói por meio de sistemas simbólicos o ambiente artificial no qual se vive e o qual continua se transformando. Assim assume a cultura enquanto o “movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial” (DURHAM In: ARANTES, 1984, p. 26). A partir disso, reforça que a questão da significação é o ponto central da concepção de cultura, juntamente com a capacidade de produzi-la e usufruí-la. “Devemos pensar a cultura como um processo através do qual os homens, para poderem atuar em sociedade, têm que constantemente produzir e utilizar bens culturais. Essa é a única forma pela qual podem organizar a vida coletiva” (DURHAM In: ARANTES, 1984, p. 28), utilizando essa produção enquanto fonte de prazer estético e principalmente como instrumento das relações sociais, o que acaba por revelar a essência das pessoas de umas para outras.

Reforça-se, com isso, a importância de reconhecer os produtos de ordem imaterial, tal como suas representações no processo de estruturação e ocupação do território, enquanto importantes atores para a sua análise e compreensão, considerando-os como fonte de diversidade cultural e enquanto fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos.

“O fato é que, principalmente desde o final da 2ª Guerra Mundial, o próprio conceito de patrimônio passa por importantes mudanças, sofrendo uma ampliação que altera a natureza do seu campo, especialmente com a introdução do conceito de “patrimônio urbano” e, mais recentemente, com preocupações com a sua dimensão “imaterial” ou “intangível”. Nesse novo quadro, em que a idéia da “conservação integrada” parece desempenhar um importante papel, as políticas de patrimônio passam a ser vistas como um dos mais importantes elementos do planejamento urbano e regional, campo do qual pareciam inteiramente dissociadas até então” (CASTRIOTA, 2003, p. 21).

Portanto, coloca-se possível e importante considerar a análise e compreensão do processo cultural de ocupação do território, bem como o valor de suas representações, enquanto produto de ordem imaterial de expressivo valor para compreensão das relações

sócio-espaciais para o planejamento urbano e regional, principalmente frente à luz da homogeneização das relações sócio-espaciais advindos com o processo da globalização.

3. A ocupação do território e suas manifestações culturais

Vagos registros remontam ao início da ocupação da região de fronteira seca nas proximidades das cabeceiras dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu por aldeias indígenas há cerca de dez mil anos atrás. Segundo o pesquisador alemão Reinhard Maack, passava pelo oeste catarinense e paranaense o ramal Gingie - trajeto pré-colombiano, que saía de São Vicente-SP, atravessava o Estado do Paraná e entrava no Paraguai. Tinha este nome devido a uma aldeia situada na região de Possadas/Misiones.

Muito tempo após estes primeiros e incipientes registros de ocupação da região, tem-se no final do século XIV e início do XV a chegada da Missão Jesuíta liderada por Manoel Ortega, que possuía a finalidade de catequizar os índios. Com a doutrinação indígena cria-se um profícuo campo para a escravidão e com ela muito lucro. Essa possibilidade de riqueza atraiu os bandeirantes paulistas que iniciam batalhas contra os espanhóis, índios e jesuítas. Conforme estas iam ocorrendo, o território dos derrotados ia sendo anexado ao vencedor. O Brasil agrega vastas áreas ao seu patrimônio neste processo.

Por volta de 1636 e 1640 chegam à foz do Rio Peperi-Guaçu, onde foi construído um “acampamento entrincheirado”, ao qual foi dado o nome de Forte de Apiterebi. Esta construção, ao longo de 300 anos (1636 – 1903) foi utilizada para denominar a região de *Barracão*, que não possuía demarcação fronteira oficial entre Brasil e Argentina e muito menos entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

A definição territorial entre Brasil e Argentina somente foi resolvida no dia 07 de setembro de 1889 (Imagem 02), a partir de uma comissão internacional arbitrada pelo então Presidente dos Estados Unidos Grover Cleveland Stephen. Esta deu ganho de causa ao Brasil, tendo como referência a cartografia, que estava armazenada em Madri/Espanha, confeccionado pela primeira demarcação ocorrida em 1750. Assim a divisa entre os países se fez entre as nascentes dos Rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, e a chamada fronteira seca pela parte mais alta do terreno. A cidade fundada no lado Argentino, pertencente à Província de Misiones, recebeu a denominação de Barracón, atualmente Bernardo de Irigoyen.

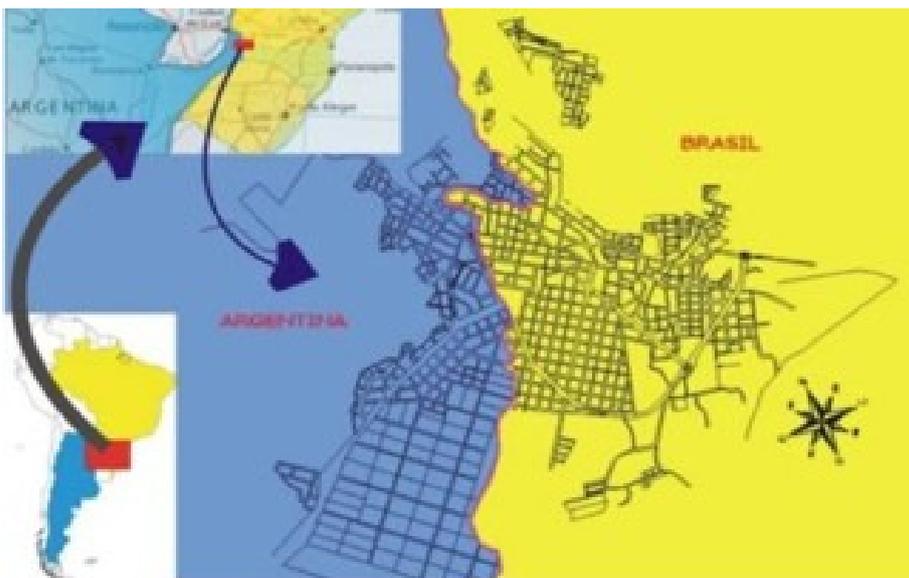


Imagem 02: Fronteira Brasil Argentina.
 Fonte: Nivaldir Júnior.
 Adaptado de CASAN, PM Bernardo de Irigoyen, PM Barracão, PM Dionísio Cerqueira.
 Ano: 2006

Em 1903 têm-se dois fatos importantes: a construção do marco de divisa entre os países (Imagem 03), conhecido como marco grande com 4,5m de altura e 2m de cada lado de sua base triangular; e em 04 de julho a elevação a categoria de Vila o povoado de *Barracão*, pertencente ao então município de Clevelândia/PR, ato realizado pelo General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira - Chefe da Comissão de Demarcação dos Limites entre Brasil e Argentina.

Se entre os países a situação ficou definida o mesmo não se pode dizer do lado brasileiro, onde o conflito territorial entre os estados de Santa Catarina e Paraná continuou até 20 de outubro 1916 quando foi firmado o acordo de limites. A região passou efetivamente a pertencer a Santa Catarina a partir da definição da divisa seca chamada “Linha Wenceslau Braz”, em referencia ao Presidente da República que pôs fim na disputa de territórios entre os dois estados. Este conflito ficou conhecido como Guerra do Contestado (Imagem 04).



Imagem 03: marco grande
 Fonte:
<http://www.barracao.pr.gov.br/fotos.php?foto=14>
 Ano: 2006



Imagem 04: Estado de Santa Catarina antes do acordo que terminou a questão de limites.
 Fonte: adaptado de PELUSO, 1982, p. 396.
 Ano: 2006

Define-se, assim, a divisão físico-territorial (Imagem 05 e 06), já caracterizada como importante rota internacional de comércio. Neste momento, o foco da produção era a erva-mate, considerada o primeiro ciclo econômico da região. A partir disso, pessoas, funcionários e até professores começaram a migrar para o local. Argentinos e brasileiros viviam como se fossem uma única comunidade.



Imagem 05: Tríplice Fronteira

Fonte: Nivaldir Júnior, adaptado de CASAN, Prefeitura Municipal (P.M.) Bernardo de Irigoyen, P.M. Barracão, P.M. Dionísio Cerqueira.
Ano: 2006



Imagem 06: Tríplice Fronteira

Fonte: <http://www.barracao.pr.gov.br/dados.htm>
Ano: 2006

Segundo PEREIRA (2002), em 1922 deveria existir do lado brasileiro apenas seis casas, uma escola, três casas de comércio e duas “bodeguinhas” (pequenos armazéns) e um barracão de erva-mate; do lado argentino, além da Gendarmeria (delegacia de polícia), um hotel, e outras poucas casas. Nada se plantava na região, tudo vinha de fora, principalmente da Argentina.

Interessante destacar o perfil e as relações desta nova sociedade com o espaço que se conforma. A vida social na tríplice fronteira ocorria em função de passeios a cavalo, principalmente pelos jovens em noite de lua cheia; dos bailes que se realizavam nos armazéns de secos e molhados, que possuíam ampla área que servia como salão de danças, sendo realizados, na maioria das vezes, no lado argentino; e das corridas de cavalo em cancha reta, onde quase toda a população participava. Estes eram seguidos de churrascadas, que muitas vezes acabavam em briga, tiroteios e até morte.

Em 1925 a Coluna Prestes passa pela região, deixando marcas históricas (e lendas) ainda visíveis, como é o caso do cemitério (imagem 07). Este foi um movimento político-militar brasileiro que aconteceu entre 1925 e 1927. Ligado ao tenentismo, esta corrente lutava basicamente por causa da insatisfação com a República Velha, pela exigência do voto secreto e pela defesa do ensino público.



Imagem 07: Cemitério Batalha da Separação – Coluna Prestes 1925.

Fonte: www.barracao.pr.gov.br

Ano: 2006

A estrutura sócio-urbana da fronteira pouco se alterou até 1945, quando parte da Fazenda Conceição, grande extensão de terra que compreendia praticamente nos municípios de Barracão e Dionísio Cerqueira, foi vendida à empresa Barth Annoni e Cia.ltda. Esta adquiriu também os pinheiros existentes e, com isso, começou o segundo ciclo econômico nas cidades brasileiras: o da madeira. Foram implantadas serrarias em toda a região, que trabalhavam em tempo integral. A madeira já cortada era levada para a Argentina. Então, foram se formando na região prósperas Vilas. PEREIRA (2004) remonta a um total de três milhões o número de araucárias existentes na área original dos dois municípios.

Assim, principalmente a comunidade do Rio Grande do Sul, foi atraída para os municípios para trabalhar com a madeira, com o comércio e com a agricultura. Após a retirada das árvores, a empresa Barth, Annoni & Cia. Ltda., começou a desmembrar sua propriedade e a vendê-la. Esta migração fez com que a Vila de Dionísio Cerqueira tivesse um grande incremento populacional de 900 habitantes em 1940 para 2.710 habitantes em 1950 (Imagem 08 e 09), sendo a maioria de italianos, alemães e portugueses, mas também havia alguns caboclos oriundos da Guerra do Contestado.



Imagem 08: Vista Aérea de Dionísio Cerqueira na década de 40.

Fonte: Sandra Kunsler de Souza.

Ano: 2006



Imagem 09: Vista Aérea de Dionísio Cerqueira na década de 50.

Fonte: Sandra Kunsler de Souza.

Ano: 2006

Este processo torna inevitável a consolidação do território e de novos hábitos sociais. Assim, tem-se a lei nº 790 de 14 de novembro de 1951 que eleva Barracão à categoria de Município, que somente é instalado em 14 de dezembro de 1952. Futuramente, desmembraram-se deste os municípios de Bom Jesus do Sul, Salgado Filho, Flor da Serra do Sul e Manfrinópolis. Atualmente, possui como base econômica os produtos agropastoris, tal como, milho e bovinos, bem como a indústria de material elétrico e de comunicação, vestuário, calçados e tecidos e produtos alimentares. O município apresenta lei de zoneamento, uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, onde houve uma parcial preocupação com as zonas de preservação. Porém, esta legislação foi e é muito pouco utilizada pelos gestores públicos ao longo dos anos de sua vigência.

Dionísio Cerqueira é desmembrado do Município de Chapecó sob a Lei Estadual nº 86.133, de 30 de dezembro de 1953, sendo instalado oficialmente em 14 de março de 1954. Futuramente, desmembram-se deste os municípios de São José do Cedro, Guarujá do Sul, Princesa e Palma Sola. Sua economia está diretamente relacionada à agricultura e ao comércio exterior. Em 1984 foi aprovado seu Plano Diretor, onde além do zoneamento, do uso, do parcelamento do solo urbano, do sistema viário, de equipamentos urbanos, aprovou-se a criação de um Conselho Municipal de Urbanismo. Infelizmente, este nunca foi colocado em vigor para ordenar o território do município.

A cidade argentina até 11 de junho de 1921 chamava-se “Barracón”. A partir desta data passa a se chamar Bernardo de Irigoyen em homenagem ao escritor e advogado que esteve presente nas negociações dos limites da fronteira Brasil e Argentina. Na Província de Misiones

“o maior aporte a sua economia provém da selva. As principais espécies exploradas são Pino Paraná, Guatambu, Cedro, Petiribi, Incenso, Cana Fístula, Anchico, Eucaliptus e Gueycá. Outra fonte de recursos é o cultivo de erva-mate, o cultivo de chá e, em menor medida, de tabaco, a cana-de-açúcar, o arroz e o café. A produção de gado é escassa e essencialmente em bovinos” (Província de Misiones, 2006).

Com o desenvolvimento da região, aumenta a demanda pelos locais de interação social. Assim em 08 de outubro de 1949 foi fundado em Dionísio Cerqueira o Clube Grêmio Aéreo Esportivo Independente, sendo o primeiro clube aéreo do oeste catarinense. Foi construído com recursos de seus sócios, representando um importante local para esportes e convívio social para toda a comunidade. Importantes e famosos bailes de gala foram realizados em sua sede, sendo esta a oportunidade da comunidade exibir a moda da época ao som das melhores orquestras e bandas.

O clube também possibilitou que autoridades fossem recebidas, bem como abrigou palestras, reuniões, convenções, seções solene, em local confortável e condigno. Os jogos de bolão, bocha, bilhar e ping-pong davam aos sócios lazer e convivência, tendo o time de futebol como maior destaque, até mesmo pelo fato de ter projetado o nome do clube além das fronteiras locais. Em termos esportivos ao longo dos anos foi incorporada prática da caminhada. Esta possui como rota principal as ruas das cidades gêmeas brasileiras, tanto por seus moradores quanto pelos moradores de Bernardo de Irigoyen.

No ano de 1950 foi realizado o primeiro carnaval da fronteira que por cerca de 50 anos foi um dos melhores de toda a região do extremo oeste catarinense e sudoeste paranaense. Na década de 60 outros dois clubes foram fundados: o Grêmio Atlético Glória, com sede em Dionísio Cerqueira, e o Clube Primeiro de Maio, com sede em Barracão. Ambos foram criados por moradores que discordavam da forma elitista do Clube Grêmio Aéreo Esportivo Independente. Mas não perduraram por muito tempo. Fato é que a maioria dos sócios destes novos clubes continuou sócio do Independente, que foi o único que resistiu ao longo dos anos.

Em 06 de agosto de 1966, toma posse à primeira diretoria do Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Fronteira (CTG), outro clube de importante cunho cultural e artístico das tradições gaúchas. O CTG promovia torneios de bocha e bolão, rodeios crioulos, corridas de cavalo, bailes típicos, churrascos, apresentações de sua invernada artística, desfiles de cavalgadas, além de organizar as atividades da Semana Farroupilha. Encontra-se em funcionamento até os dias de hoje.

A vida social na tríplice fronteira atualmente está mais calma, realizam-se bailes e encontros sociais com menos frequência que outrora, sendo que os de maior envolvimento da população são relacionados às datas comemorativas de emancipação dos municípios: arraial da fronteira e a procissão da Sexta-feira Santa.

A procissão da Sexta-feira Santa, geralmente realizada no mês de abril, é a que mais une as cidades. Antigamente a via sacra iniciava em Bernardo de Irigoyen, onde todos rezavam e cantavam em espanhol até o momento de passar a fronteira, depois se passava a orar em português, finalizando num ano na igreja de Barracão e no outro na de Dionísio Cerqueira. Esta tradição resiste até hoje, mas só é realizada no lado brasileiro (onde ocorre a encenação da crucificação de Jesus Cristo - Imagem 10 e 11) devido às implicações de segurança na fronteira e fiscalização nas aduanas, ponto duvidoso visto as relações físicas existentes, onde muitas vezes o que separa um país do outro é uma rua.



Imagem 10: encenação da crucificação de Jesus Cristo.
Fonte: www.barracao.pr.gov.br
Ano: 2006



Imagem 11: encenação da crucificação de Jesus Cristo.
Fonte: www.barracao.pr.gov.br
Ano: 2006

O arraial da fronteira era a festa junina organizada pelo Rotary Clube. Festa popular de rua, com duração de três dias, onde cada ano ocorria em um ponto diferente das cidades. Nos últimos quatro anos foi transferida para o Centro de Eventos de Dionísio Cerqueira, quando adquiriu um caráter mais elitista com a entrada paga. Neste período, tem-se também a realização da FEICAPO ou Festival da Canção, realizado pelo Lions Clube no Grêmio Aéreo Esportivo Independente, quando durante duas noites pessoas de toda a região se apresentam e/ou aproveitam os bailes.

As festas municipais são comemoradas diferentemente em cada município. Bernardo de Irigoyen realiza no dia 12 de outubro o Dia da Cultura, Raça e Descobrimento da América, promovido pela Prefeitura Municipal na Praça San Martín (praça central da cidade), onde se tem festividades com dança, teatro, entre outros.

Dionísio Cerqueira comemora na primeira quinzena de março a EXPOFRONTEIRA em comemoração à emancipação do município. Antigamente se chamava Festa da Integração e ocorria nas ruas de Dionísio Cerqueira. Realizada pela Prefeitura Municipal, atualmente, ocorre no Centro de Eventos da cidade. Com cinco dias de duração, este evento movimenta a comunidade tanto econômica quanto socialmente.

Barracão, na primeira quinzena de dezembro, também realiza a sua festa popular. Promovido pela Prefeitura Municipal, durante três dias a comunidade comemora nas ruas a data de emancipação do município, sendo este um grande integrador social.

Além destas, ainda se destaca no dia 25 de maio o Desfile da Independência, onde a Praça San Martín se torna palco das comemorações à independência da Argentina. Este evento conta com a participação de autoridades de Barracão e Dionísio Cerqueira, mostrando o importante vínculo entre os municípios.

Em setembro destaca-se no dia 06 o Baile Só Jeans, realizado pelo Colégio Dr. Mário no Grêmio Aéreo Esportivo Independente e às 6:00h da manhã do dia 07 a Alvorada da Independência, com os veículos do Jipe Clube circulando pelas ruas das cidades com intuito de chamar a população para o Desfile da Independência. Conta com participação de autoridades e moradores de Bernardo de Irigoyen, onde durante toda a tarde é realizada na Av. 7 de setembro uma gincana de integração.

Na imagem 12 tem-se uma síntese das principais rotas e espaços públicos utilizados para a realização das festas e manifestações culturais na tríplice fronteira (destaca-se que em verde escuro tem-se a divisa dos países e em roxo a divisa entre os estados). Isso demonstra que a apropriação do território, bem como a integração social que nele ocorre, muitas vezes, independem dos limites político-administrativos existentes.

4. As representações e influências sobre o território

As representações sobre o território possuem influências significativas na estruturação do espaço urbano e estas interessantes expressões na identidade local da tríplice fronteira. Pode-se destacar pontos da paisagem urbana, tal como a diferenciação dos postes de energia elétrica (quadrado na cidade de Barracão/PR e redondo na cidade de Dionísio Cerqueira/SC) e a presença dos marcos de divisa, elemento nada comum na paisagem da maioria das cidades (imagem 13).

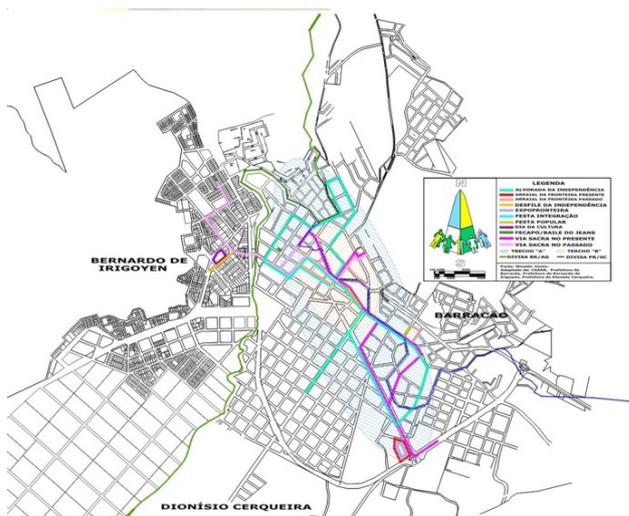


Imagem 12: Mapa comportamental das principais festas e manifestações culturais.
Fonte: Lima Júnior, 2006.

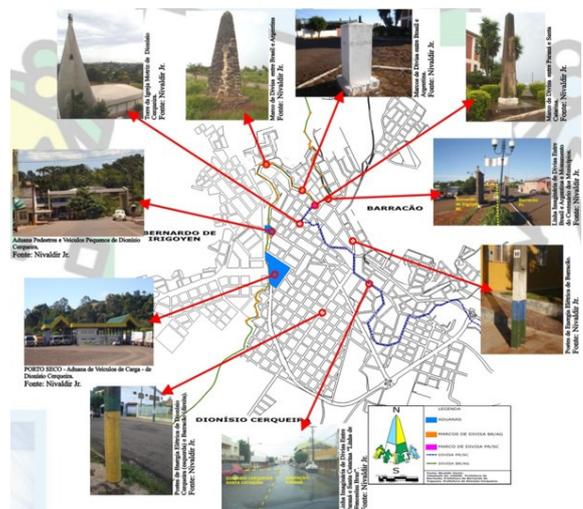


Imagem 13: Mapa elementos físicos.
Fonte: Lima Júnior, 2006.

Outro ponto interessante é do uso e da ocupação do solo (imagem 14), que mostra claramente a concentração das atividades comerciais e de serviço (vermelho, lilás e roxo) basicamente em torno do ponto da tríplice fronteira, indicando a centralidade do núcleo original, e ao longo das principais vias de circulação, que em alguns pontos se caracteriza/identifica com as fronteiras dos estados e/ou países. Destaca-se também as áreas de lazer (amarelo) e o uso residencial (azul). Já o mapa 15 mostra a espacialização espalhada dos espaços públicos (fotos) e das áreas esportivas (pontos azuis). A complementaridade encontrada nestas análises também demonstra que a apropriação do território independe dos limites político-administrativos existentes.

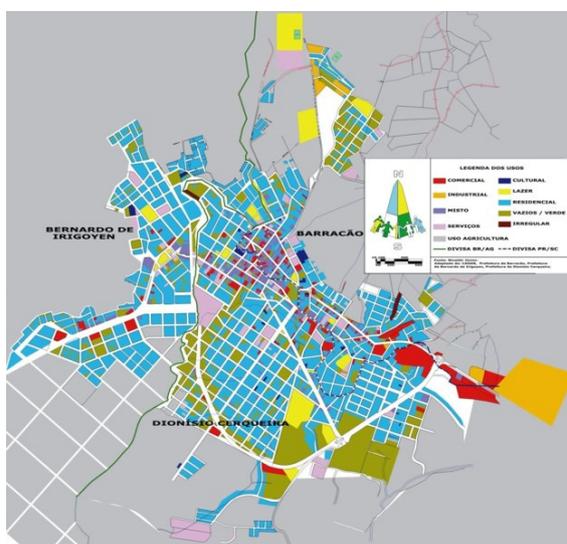


Imagem 14: Mapa uso e ocupação do solo.
Fonte: Lima Júnior, 2006.



Imagem 15: Mapa espaços públicos e áreas esportivas.
Fonte: Lima Júnior, 2006.

Ponto de destaque na tríplice fronteira são: a aduana (imagem 16 e 17), oficializada em 1979 como passagem internacional de comércio e turistas - o chamado Porto Seco, sendo incrementado em outubro de 2003, com a instalação do Ponto de Fronteira Alfandegado, único integrado entre dois países em território brasileiro; e os cassinos, que enquanto atividade legal na Argentina atrai interessante fluxo de visitantes à região.



Imagem 16: Aduana 1965.
Fonte: Sandra Kunsler de Souza.
Ano: 2006



Imagem 17: Aduana Integrada (cargas)
Fonte: www.barracao.pr.gov.br
Ano: 2006

5. Considerações Finais

O processo de ocupação e desenvolvimento da região ocorreu com forte vínculo e diretamente relacionado à agricultura e ao comércio exterior. Estas, ao longo dos anos, acabaram por consolidar barreiras fronteiriças muito melhor compreendidas na imaterialidade do processo do que na materialidade dos registros, ou seja, nas ações/representações muitas vezes não espacializáveis, mas claramente perceptíveis, tais como, as atividades/ações vinculadas às histórias locais/nacionais e do processo de desenvolvimento e consolidação do território. Isso diverge sensivelmente da segregação física imposta e visível nas imagens 18 a 21.



Imagem 18: Tríplice Fronteira
Fonte: www.barracao.pr.gov.br
Ano: 2006



Imagem 19: Tríplice Fronteira.
Fonte: www.barracao.pr.gov.br
Ano: 2006



Imagem 20: Divisa entre Barracão/PR e Bernardo de Irigoyen/Misiones.
Fonte: www.barracao.pr.gov.br
Ano: 2006



Imagem 21: Divisa entre Barracão/PR e Dionísio Cerqueira/SC.
Fonte: www.barracao.pr.gov.br
Ano: 2006

A análise da ocupação e constituição do território da tríplice fronteira possibilitou a visualização das diferentes dinâmicas e representações sobre as cidades. Enfatiza-se a necessidade de incorporar os produtos das reflexões de ordem cultural, principalmente

imaterial, enquanto importante processo para compreensão das relações sócio-espaciais que constituíram, e em muitos casos ainda se estruturam nesses espaços. Ponto identificado nas atuais apropriações culturais, bem como na organização de uso e ocupação do solo. Mais importante ainda é compreender que estas dinâmicas não se restringem ou limitam por causa da divisão político-administrativa, pelo contrário, avançam e se fortalecem, mostrando claramente a complexidade do território.

A partir disso se pode compreender que as manifestações culturais se espacializam dentro do território como um todo e que estas conseguiram manter certas integrações e dependências, tal como a efetiva participação na procissão da sexta-feira santa ou da paixão, bem como nas comemorações dos Dias da Independência de cada país e nas rotas de caminhadas. Considerando o processo de segregação que foi imposto a estas comunidades, principalmente em termos de nacionalidade. Vê-se assim o quanto é forte o vínculo cultural remanescente com a origem única que articulou, consolidou e possibilitou a ocupação do território.

Portanto, a questão que se coloca necessária e de urgente reflexão é: por quanto tempo estes vínculos irão conseguir permanecer vivos no cerne destas comunidades sem uma efetiva conscientização da importância destas dinâmicas tanto para a qualidade de vida de seus moradores, enquanto resguardo de sua identidade, quanto para as dinâmicas econômicas, enquanto compreensão dos limites e potencialidades de cada intervenção sobre e para o território, acredita-se que a longo prazo a região entre num efetivo processo de esvaziamento de suas significações, perdendo por completo as referências que a compuseram e a estruturaram ao longo de sua existência.

A força atrativa destas cidades, desde suas origens, está no fato de serem importantes pontos de fronteira e de comunicação (aduana) das relações econômicas com os países da América do Sul, o que reforça a necessidade de salvaguardar a identidade da comunidade frente à compreensão da consolidação das relações que ali se estabelecem.

O fato de serem cidades pequenas não as exclui do processo de globalização, principalmente de sofrer os impactos de generalização e abstração dos vínculos territoriais. Assim se destaca que a importância de focar a compreensão na complexidade da análise do processo imaterial, e principalmente, de salientar a sua importância para a produção do espaço urbano, está no fato desta permear a vida cotidiana do cidadão no território, sendo este uma cidade ou região.

Dessa forma se entende fundamental reforçar a importância de construir caminhos mais amplos e abertos para o planejamento desses territórios, e não cidades isoladas de

contextos tão expressivos, bem como a incorporação de suas dinâmicas culturais imateriais. A isso se soma, como fundamental, a necessidade de se ter projetos de cidade e não projetos políticos para as cidades, os quais muitas vezes não são sensíveis a compreensão das verdadeiras sinergias que ocorrem no território.

6. Referências

BARRACÃO. Prefeitura Municipal. **Lei de Zoneamento e Uso do Solo Urbano: Lei nº 827/89** de 04 de julho de 1989. Barracão: 1989. 21p.

BEÇAK, Peggy. **Mercosul: uma experiência de integração regional**. São Paulo: Contexto, 2000. 111 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. 270p.

CARVALHO, Silvana Sá de. As Novas Questões Territoriais e Regionais. In: **Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR**. Salvador: s/l, 2005. 16p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, 304p.

COLUNA PRESTES. http://pt.wikipedia.org/wiki/Coluna_Prestes. Capturado em 01.12.2006.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

DIONÍSIO CERQUEIRA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor: Lei nº1423**, de 30 de novembro de 1984. Dionísio Cerqueira: 1984. 24p.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, Patrimônio e Preservação. In: ARANTES, Antônio Augusto. **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 23-58.

GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. 728p.

LIMA, Cristina de Araújo. Notas a respeito de transformações do planejamento urbano-regional frente a metamorfoses socioambientais. In: **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, n. 10, p.155-160, jul./dez., 2004.

LIMA JÚNIOR, Nivaldir Ferreira; VILLELA, Ana Laura Vianna (orientadora). **Tríplice fronteira: um estudo para o projeto urbano**. 2006. 120f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Planejamento Urbano I) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó.

PELUSO, Victor A. A evolução da cidade de Chapecó: de povoado a centro regional. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1982. p. 365 - 399.

PEREIRA, Gilberto Schreiner. **As cidades gêmeas**. Blumenau: Odorizzi Ltda. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO. <http://www.barracao.pr.gov.br>. Capturado em 01.08.2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.
<http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br/novo>. Capturado em 01.12.2006.

PROVÍNCIA DE MISIONES. http://pt.wikipedia.org/wiki/Prov%C3%ADncia_de_Misiones.
Capturado em 01.12.2006.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Globalização, espacialidade e região. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia: UFG Virtual, 2004. 09p.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris: 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Brasília: 2006.

VAZ, Lílian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. A cultura na revitalização urbana espetáculo ou participação? **Espaços & Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, V. 23, N° 43-44, p.129 - 140, janeiro/dezembro, 2003.